

por Denise Pauli Pavarina
Vice-Chair da TCFD – Task Force on Climate-related Financial Disclosure

Mudança Climática e a Importância para os Investidores

O Fórum Econômico Mundial mais uma vez listou 06 entre os 10 maiores riscos nos próximos 10 anos aqueles ligados ao clima, entre eles, a escassez de recursos naturais, o aumento de desastres naturais, o colapso do ecossistema e a massiva migração involuntária.

Mudanças climáticas trazem riscos sistêmicos, de natureza nova e incerta, com relações complexas que podem afetar os portfolios, valores e processos de alocação de ativos por gestores e investidores institucionais.

No entanto, trará novas e interessantes oportunidades de investimento.

A indústria de fundos brasileira terá um papel fundamental na contribuição para a mitigação desses riscos ao longo dos próximos anos.

Além do dever de rentabilizar os recursos confiados por seus clientes, como tem feito de maneira bastante disciplinada, a gestão de risco também faz parte da missão de cada gestor.

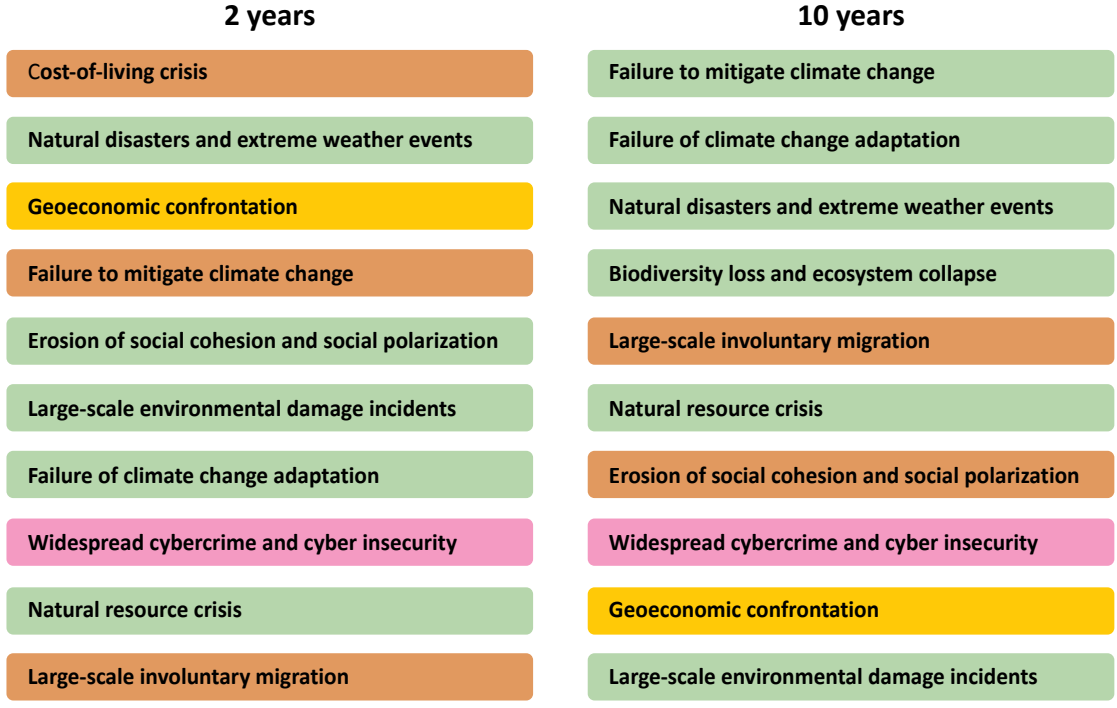
Com mais de um trilhão de reais sob gestão, certamente a indústria de fundos tem a capacidade de financiar a transição de muitos setores para uma economia de baixa emissão de carbono, mas para isso, precisa começar a se posicionar de maneira mais organizada e sistemática, sem, contudo, inviabilizar as empresas.

A inclusão dos temas de ESG, tratando aqui em especial dos riscos climáticos nos planos de negócios das empresas e na avaliação dos investidores está para o momento atual como a Governança esteve na década de 2000.

Não resta dúvida que a ação consistente que o mercado teve em relação a empresas e empresários para melhorar o nível de governança ao longo do tempo promoveu uma evolução considerável.

Mas ainda há muito que se fazer. E a hora é questionar a estratégia das empresas diante do cenário desafiador que temos hoje no mundo.

Como não considerar potenciais investimentos necessários para tratar o risco hídrico em determinadas regiões para empresas voltadas ao agronegócio ou o risco de enchentes ou mesmo de taxação sobre energia não renovável para empresas de logística?



Como não explorar potenciais oportunidades que os novos negócios derivados dessa transição energética poderão trazer e quais empresas estão se posicionando corretamente e antecipadamente? É possível financiar essas oportunidades?

Que tamanho de risco o gestor pode correr em cada portfolio para apoiar uma nova tecnologia que fará a retirada de carbono da atmosfera em grande quantidade?

Ou seja, são perguntas que um gestor, seja de renda fixa, de renda variável, imobiliário ou private equity deverá se fazer e decidir baseado em informações que buscarão junto às empresas em que estão investindo.

Ao questioná-las, já mudaram a história dessas empresas. Elas nunca mais serão as mesmas.

Não há que se falar em dilema, pelo contrário – ao questionar e não excluir o ativo, o mercado incentiva o amadurecimento das empresas na direção correta. Com isso, aumenta a chance de ter ativos mais saudáveis e em maior quantidade no futuro e ao mesmo tempo, maior rentabilidade das carteiras dos fundos de investimento por eles geridos.

O IPCC(*) estima que serão necessários investimentos anuais públicos e privados globais de mais de US$2,4 trilhões em energia renovável até 2035. Certamente teremos uma miríade de oportunidades também no Brasil que vão requerer financiamentos.

Novos produtos financeiros e tipos de fundos estão sendo criados para financiar a transição e vão também funcionar como processos educativos tanto para as empresas como para os investidores.

Os riscos estão colocados claramente e as oportunidades também.

Não dá para fingir que não estamos vendo o que está acontecendo. É hora de agir!

(*) IPCC – Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas